

A SITUCIONALIDADE HISTÓRICA DO DISCURSO LITERÁRIO

Angela Maria Rubel Fanini

RESUMO

Neste ensaio, esperamos contribuir para a percepção de que o discurso literário, poético ou romanesco é sempre situado historicamente e o intelectual que o emite pertence a certa classe social e comunga de certas perspectivas filosóficas e políticas de seu tempo. Na literatura não há discurso neutro, imparcial e gratuito. Partindo dessa afirmação, procuramos rastrear a memória, a história, a classe social, os compromissos políticos e éticos dos discursos literários, percebendo-os em suas limitações e amplitudes sociais. A literatura não é descompromissada, mas vinculada socialmente a um tempo e lugar. O escritor é sempre *homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e espaço* como bem asseverou um dos nossos maiores escritores e críticos da realidade nacional, Machado de Assis. A literatura não é somente um jogo, um passatempo, uma espécie de entretenimento em que a gratuidade é a única meta.

Palavras-chave: literatura e história; literatura e compromisso social; discurso situado sócio-historicamente; análise estético-sociológica.

ABSTRACT

In this paper, we hope to demonstrate that the discourse, in the poetry or in the novel, is connected to national history. The writer does not create an independent discourse, disconnected to his local context. Literary texts are also attached to certain political, economic, and philosophical trends. Literature pieces depend on the place they hold in the social and historical forces and the writer is always a man of his country and time even though he portrays distant land and time, as Machado de Assis, one of the most important writers of Brazilian Literature, assured in the nineteenth century. Literature is not a simple game whose main purpose is to entertain the readers.

¹ Licenciada em Letras. Mestre em Letras. Doutora em Letras pela UFSC. Professora do Departamento Acadêmico de Comunicação e Expressão do CEFET-PR.

Keywords: Literature and history; literature and political engagement; social criticism.

O poema *Canção do Exílio*, de Gonçalves Dias, é paradigmático de uma estética romântica, atrelada a uma visão nacionalista que passa a instrumentalizar a cultura brasileira, principalmente após a independência política do Brasil. Essa perspectiva nacionalista de se criar uma identidade local, via produção literária, não é exclusiva do universo brasileiro, mas se apresenta em boa parte do século XIX nas literaturas de países europeus. A esfera literária e cultural serve de apoio à formação e estabilização dos estados nacionais europeus e dos estados pós-coloniais. A língua e a literatura nacionais promovem a idéia de estado-nação, unificando culturalmente a pátria.

O historiador Michel Löwy, em *As aventuras do Barão de Münchhausen contra Karl Marx*², define três linhas de pensamento e práticas sociais que estiveram atuantes no século XIX: o positivismo, o marxismo e o historicismo nacionalista. Para este ensaio, o historicismo nacionalista tem grande interesse, pois é a partir dele que a literatura oitocentista brasileira vai revelar a sua função social de construir uma identidade local. A corrente historicista-nacionalista se contrapõe à cosmovisão iluminista e ilustrada imperante no século XVIII em cuja episteme o homem é tomado em sua universalidade e impessoalidade e não em sua especificidade local. O historicismo-nacionalista, tendo no romantismo seu suporte cultural, vai de encontro a essa visão iluminista, reforçando o que é relativo, local e específico a cada povo, região e cultura. Na Europa, os estados-nação, objetivando criar uma cultura local, voltam-se para o passado, buscando na Idade Média, índices culturais que possibilitem criar uma genealogia para as jovens nações. No Brasil, os intelectuais voltam-se para o índio, formalizando-o de modo idealizado, criando uma genealogia autóctone e nobre para a elite local. A natureza brasileira também serve aos propósitos de engrandecimento da nação brasileira.

No Brasil, o historicismo-nacionalista adapta-se perfeitamente ao nosso período pós-independência, comprometendo nossos intelectuais na construção de uma identidade nacional para a jovem nação brasileira. Os intelectuais românticos tomam para si a tarefa hercúlea de estabelecer uma identidade brasileira, utilizando-se da prosa e da poesia românticas para tal empreitada. A pátria e o índio passam a ser construídos discursivamente de modo idealizado.

² LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. Juarez Guimarães. São Paulo: Busca Vida, 1987.

A nação natureza vai ser eleita como objeto de construção discursiva. Essa seleção da perspectiva natural da pátria não ocorre por acaso. Antonio Candido, em *Literatura e Subdesenvolvimento*³, destaca que a nação-natureza se sobrepõe à nação-instituição. Esta não é objeto do romantismo porque a nação-instituição era débil, fraca, escravocrata, escravista, autoritária e não poderia ser idealizada. *Entre as palavras e as coisas há todo um véu idealizador*. Não há discurso crítico, de reflexão, de denúncia sobre o meio inculto, escravocrata, escravista, autoritário e patriarcal. Há um discurso laudatório e idealizador. Esse dizer poético idealizador da pátria, e da pátria natureza, obviamente obedece a um projeto político e vem de um certo lugar. Ele é situado, pois como destaca Michel Foucault não se pode falar de qualquer coisa para qualquer audiência e de qualquer lugar. Há todo um contexto situacional e institucional que legitimam a enunciação poética e romanesca. O discurso idealizador romântico em que a natureza brasileira é estetizada e dita como paradisíaca, exuberante e prenhe de vida apresenta limites de classe⁴, pois os intelectuais românticos estão, majoritariamente, vinculados à elite de senhores de terra e de escravos para quem não interessava a construção de um discurso crítico sobre a nação.

O Brasil da economia escravista, das práticas de favor que submetem o homem pobre e livre, da ausência de democracia (voto censitário e veto aos analfabetos), de uma economia essencialmente agroexportadora voltada para o exterior e beneficiadora de poucos, das academias onde imperava o tráfico de influências não foi recortado, não foi selecionado pelos românticos como índices de construção da identidade nacional, pois aí não se justificaria sua idealização, e, sim, uma reflexão e uma crítica contundentes e o discurso da denúncia. Uma postura crítica e mais realista só conseguirá emergir mais tarde com o real-naturalismo. E já no século XX, com a obra de Lima Barreto em que essa outra pátria, situada na contramão da nação romântica, emergirá.

Os nossos escritores românticos eram oriundos, em sua maioria, da elite econômica e política a quem esse projeto de idealização da pátria se ajustava bastante bem. À classe escravocrata não se adequava um projeto de crítica social. O engajamento desse projeto romântico ao político é claramente evidenciado se verificarmos que foi o índio a ser enaltecido como nossa origem heróica e não o negro de cuja força física advinham as riquezas da nação. Obviamente que o negro não poderia ser estetizado, pois os senhores de es-

³ CANDIDO, Antônio. *Literatura e subdesenvolvimento*. In: *Educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

⁴ A esse respeito pesquisar em MICELLI. *Intelectuais à brasileira*. (2001), em que o historiador levanta os limites ideológicos que a classe social impõe aos escritores e intelectuais brasileiros. O discurso intelectual apresenta compromissos políticos e ideológicos, não sendo independente da comunidade social à qual pertence o escritor.

cravos e de terras não tinham intenção de mudar o regime de produção econômica que os beneficiava. Vemos com Alfredo Bosi, em *O escravismo entre dois liberalismos*⁵, que a elite local soube, com extrema competência, *filtrar* alguns valores liberais oriundos da Europa e abominar outros a fim de se beneficiar e não abolir a escravidão. A elite local, com eficiência, adaptou e reenquadrou somente aquilo que pôde lhe auferir mais privilégios e lucros. Assim também a elite romântica de escritores recorta e seleciona somente aquilo que não causa problema para a estabilidade nacional. Parece haver um pacto entre a literatura e a economia. Cultura e economia não estão desarticuladas como querem crer muitos críticos que abominam as análises literárias que percebem as interações entre as diversas esferas da vida material e dos bens simbólicos.

Essa *filtragem*, essa adaptação ou esse reenquadramento de idéário e estéticas européias comprovam que a nossa elite não é passiva, mas sabe filtrar o que melhor se coaduna com seu projeto político, econômico e cultural. Nesse sentido, afastamo-nos da idéia de que nossas estéticas foram puras cópias das estéticas européias e estariam *fora do lugar*⁶. Não houve cópia do modelo europeu, pois o historicismo nacionalista serviu aos propósitos da elite cultural e econômica brasileira. A cópia *ipsis literis* é uma contradição em princípio, pois há sempre um reacentuar, um recontextualizar do objeto "primeiro". Qualquer prática ou valor cultural, quando é transplantado para outro local, sofre um processo de deslocamento ideológico, sendo alterado pelas novas condições em que se insere. Quando a vaga historicista-nacionalista, oriunda da Alemanha em especial, nos atinge no século XIX, os românticos souberam adaptá-la ao nosso contexto que exigia uma criação da identidade nacional que reafirmasse o *establishment* e não que o desestabilizasse.

Esse quadro romântico, no entanto, vai ser abalado com a chegada de outros discursos literários que vão perceber a nação de outras maneiras. Esses discursos se atrelam a outro ordenamento social e econômico que prega a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República, a vinda dos emigrantes europeus para exercerem o trabalho formalmente livre, a separação entre Igreja e Estado. A polêmica escravista se acirra somente em meados do século XIX quando as condições de produção material exigem uma reordenação. Há pressões externas (Inglaterra) e internas (aboliconistas, positivistas, movimentos insurrectos de escravos). Além disso, os cafeicultores só aceitaram a abolição da escravatura em troca do financiamento estatal da vinda dos emigrantes para substituir o escravo liberto. A essa reordenação econômica, resultante

⁵ BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In.: **Dialética da colonização**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶ Consultar o clássico ensaio *As idéias fora do lugar* em que SCHWARZ (2000) destaca a inadequação das idéias liberais advindas da Europa em solo brasileiro em que o escravismo e as práticas de favor impunham limites a essas idéias.

de múltiplas pressões, pôde surgir o discurso de Castro Alves, por exemplo. O vate romântico, agora, pode estetizar o negro e a África, pois o projeto econômico escravista está sendo golpeado por múltiplas forças, sobretudo a inglesa a quem interessa a extinção da escravatura.

Já estamos na época do real-naturalismo, em que as instituições que asseguravam o sistema escravista, como a Igreja, o Império, a família patriarcal e a escola vão passar por um processo de crítica. Essa crítica encontramos nos romances de Aluísio Azevedo, Raul Pompéia, Adolfo Caminha e Machado de Assis. *Entre as palavras e as coisas não mais há um véu idealizador, e sim uma escrita que enxerga tudo e todos a partir de um prisma negativo.*

Vê-se

o brasileiro não mais como o homem cordial, bondoso, cavalheiro, originário de valorosos guerreiros indígenas. As teorias raciais da degenerescência constroem um outro brasileiro não-civilizado, dominado pelo ócio, pela sensualidade, pelas taras e pelas doenças hereditárias. O mestiço brasileiro, depreciado, passa a ser objeto de análise de uma certa literatura legitimada pelo discurso científicizante. Além das instituições corrompidas, o brasileiro mestiço já é corrompido pelo sangue. Troca-se a origem boa pela origem má. Há aí, em síntese, duas teorias racistas que se digladiam para dizer o presente e o futuro da nação. A da irremediável mestiçagem que fatalmente corromperia a raça branca e a do embranquecimento que poderia ser a solução para o Brasil. Ou corromperíamos de vez o europeu ou ele nos civilizaria. Além do “desastre” da mestiçagem presente em vários romances de extrato real-naturalismo, há também a crítica, via literatura, das instituições sociais. A Igreja, o casamento, a política e a escola são formalizados negativamente em Machado de Assis, Raul Pompéia, Adolfo Caminha, Aluísio Azevedo e outros. O elemento pobre e trabalhador também migra para o interior do universo literário, demonstrando, especialmente em Aluísio Azevedo, a preocupação do escritor em ficcionalizar o universo do trabalho e da incipiente classe média e dos profissionais liberais que começavam a surgir. A literatura real-naturalista também evidencia toda uma ligação com a realidade social ora reforçando preconceitos, vinculando-se à *ideologia do colonialismo*⁷, ora denunciando as mazelas sociais.

Assim, temos, majoritariamente, duas construções dos índices de brasilidade: a romântica em que há o homem cordial, a natureza paradisíaca, o passado e a genealogia gloriosos e nobres (valorosos indígenas) e a real-naturalista em que se enfatizam a indolência brasileira, o perigo da mestiçagem, a sensualidade do brasileiro em contraposição à racionalidade e a crítica acir-

⁷ A esse respeito consultar Nelson Werneck Sodré (1984) em *Ideologia do colonialismo*, em que o historiador destaca a ligação de nossos intelectuais (José de Alencar, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna) com as idéias européias de degenerescência racial.

rada às instituições sociais que sustentavam o Império. Essas duas construções discursivas ainda hoje fazem parte do ideário que enforma a construção simbólica da identidade nacional. Verificamos que essas criações culturais ainda têm peso quando falamos e pensamos em caráter nacional. Ora o brasileiro é um povo bom, ora indolente e preguiçoso, ora a pátria é natureza exuberante, ora é uma instituição corrompida. O que precisamos verificar é porque ainda essas construções maniqueístas perduram e como ainda causam efeitos de verdade. A que projeto político-cultural elas se associam? Precisamos detectar por que esses discursos ainda reforçam e balizam práticas sociais.

Esses discursos que ora idealizam a nação e ora a depreciam estão interligados à constituição autoritária, elitista e verticalizada da sociedade brasileira. Uma pequena elite de homens brancos, ocidentalizados, europeizados ora não quer mudar nada, idealizando a nação para reforçar seus privilégios de classe, ora vê com tristeza e desânimo a ausência de progresso, imputada, sobretudo, ao elemento mestiço e ao pobre, considerados menores e inferiores. Certamente quatro séculos de escravismo e, em decorrência, de autoritarismo, mandonismo e patriarcalismo, influenciaram tanto a visão idealizada dos românticos quanto a visão negativa dos reais-naturalistas.

O escravismo até final do século XIX foi o nosso limite para a constituição de uma sociedade democrática, liberal e burguesa aos moldes da Inglaterra, Alemanha, França e EUA onde há menos desníveis sociais e mais acesso igualitário aos bens produzidos socialmente. Os negros libertos, já na República Velha, não foram incorporados à cultura, à escola e ao novo cenário produtivo da indústria e isso os marginalizou, gerando uma população pobre que até hoje tem acesso limitado aos bens culturais e materiais básicos. Os séculos XX e XXI ainda sofrem as conseqüências desse modelo de exclusão que tem imperado no Brasil onde poucos têm pleno acesso a todos os bens simbólicos e materiais e a grande maioria fica alijada desse universo de benefícios e privilégios.

Enquanto não se pensar na totalidade social e não se efetivar uma política de integração dos marginalizados, o intelectual, mesmo escrevendo criticamente sobre a realidade, vai ser lido por um público restrito e minoritário. Essa exclusão tem definido o nosso universo cultural: há um abismo entre alguns poucos privilegiados com acesso à alta cultura e a toda sorte de bens de consumo e outros, a maioria, a quem só resta a cultura de massa cujos produtos contribuem para o reacionarismo, o consumismo e o monologismo.

A saída para o impasse exclusão e inclusão, no entanto, é penosa e complexa. Alfredo Bosi, em prefácio à obra *Ideologia da cultura brasileira*,⁸ se afasta da proposta de inclusão dos pobres à alta cultura. Bosi afirma a

⁸ MOTTA, Carlos Guilherme. Prefácio. In: BOSI, Alfredo. Prefácio. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo, 1977.

urgência de se pensar em outras formas de cultura que permaneceram à margem das instituições canonizadoras. Essas outras culturas oriundas daqueles que têm estado “*abaixo do limiar da escrita*” podem, talvez, construir outra identidade nacional, a partir de outro mirante de classe, talvez menos verticalizado e hierarquizado. O discurso e a cultura dos pobres excluídos talvez tenha algo de diferente para dizer à nação. A solução estaria no discurso do *intelectual orgânico* das classes populares, não conspurcado pelo discurso das elites. Essa solução é questionável, pois é um tanto dicotômica à medida que separa e divide cultura popular de cultura de elite. Talvez fosse necessário se pensar em como essas modalidades se interconectam e a partir daí repensar o fazer poético e literário. Os versos do poema de Oswald de Andrade, poeta modernista, a seguir, são também paradigmáticos de tantos outros escritos da literatura brasileira em que se vê a preocupação com e a elaboração poética das diferenças sociais e materiais da sociedade brasileira. Nesse poema o escritor parece ter conseguido unir as “duas” variantes em um enunciado poético crítico quando diz: *Para telha dizem teia / Para telhado dizem teiado / Para milho dizem mio / Mas vão fazendo telhados.*

Talvez aí esteja uma solução para a cultura nacional: repensar o modo capitalista de produção e distribuição de bens materiais e de como esse modelo tem levado à exclusão cultural dos mais humildes e pobres que, afinal, possibilitam as condições básicas necessárias para a existência do universo cultural acessado somente por uma minoria. Graciliano Ramos, especialmente em *São Bernardo*, um dos melhores livros da Literatura Brasileira do século XX, empreende uma das melhores críticas ao universo cultural e material vinculado ao capitalismo. O discurso de Graciliano Ramos não é neutro, mas de contestação, ficcionalizando a tragédia social da mercantilização do ser humano. Paulo Honório, a personagem, não busca soluções fáceis para o seu descaminho, pois percebe que o meio o tornou embrutecido e enquanto este não se modificar, não há soluções. Paulo Honório é uma espécie de herói *lukacsiano* cuja tragédia pessoal se acha diretamente conectada ao amplo painel social inautêntico e corrompido. Longe se está de uma literatura comercial e de massa fundamentada em um discurso de auto-ajuda que prega soluções individuais para problemas coletivos.

Esperamos ter contribuído para a percepção de que o discurso literário, poético ou romanesco, é sempre situado *historicamente* e o intelectual que o emite pertence a certa classe social e comunga de certas perspectivas filosóficas e políticas. Não há discurso neutro, imparcial, gratuito e universal. Desse modo, para nós, estudiosos das letras, resta a tarefa de rastrear a memória, a história, a classe social, os compromissos políticos e éticos dos discursos literários, percebendo-os em suas limitações e amplitudes sociais. A literatura não é descompromissada, mas vinculada socialmente a um tempo e lugar. O escritor é sempre *homem de seu tempo e seu país, ainda quando trate de*

assuntos remotos no tempo e no espaço, como bem asseverou um dos nossos maiores escritores e críticos da realidade nacional. Machado de Assis. A literatura não é somente um jogo, um passatempo, uma espécie de entretenimento em que a gratuidade é a única meta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In.: **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e subdesenvolvimento. In.: **Educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987.
- LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. Trad. Juarez Guimarães. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MICELLI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOTTA, Carlos Guilherme. Prefácio. In: BOSI, Alfredo. Prefácio. **Ideologia da cultura brasileira**. São Paulo: Ática, 1977.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 34 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.